



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 11

RELATÓRIO Nº 3661297 / 2020 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/SEPLAG/ASPLAG

RELATÓRIO DE GESTÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1031 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO DE 2019

SIGLAS E ABREVIATURAS

ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
DIRFIN – Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária.
DJE – Diário do Judiciário Eletrônico.
FEPJ – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.
FUNFIP – Fundo Financeiro da Previdência.
GEREC – Gerência de Controle de Receitas e Repasses Especiais.
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA – Lei de Orçamento Anual.
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
PIB – Produto Interno Bruto.
PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental.
RCL – Receita Corrente Líquida.
RGF – Relatório de Gestão Fiscal.
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social.
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SEPLAG – Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional.
SEPLAG/MG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
SIAFI/MG – Sistema Integrado de Administração Financeira.
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.
SISORÇA – Sistema de Projeção e Execução Orçamentária.
STN – Secretaria do Tesouro Nacional.
TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
UO – Unidade Orçamentária.
URV – Unidade Real de Valor.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. ORÇAMENTO
 - 2.1. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
 - 2.1.1 Proposta Orçamentária – Receita
 - 2.1.2. Proposta Orçamentária – Despesa
 - 2.1.3. Créditos Suplementares
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 - 3.1. EXECUÇÃO DAS RECEITAS
 - 3.2. EXECUÇÃO DAS DESPESAS
 - 3.2.1. Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais
 - 3.2.2. Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais
 - 3.2.3. Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas
 - 3.2.4. Precatórios e Sentenças Judiciais
4. RESULTADO FISCAL
 - 4.1. PRIMEIRO QUADRIMESTRE
 - 4.2. SEGUNDO QUADRIMESTRE
 - 4.3. TERCEIRO QUADRIMESTRE

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como propósito apresentar os atos de gestão concernentes ao exercício de 2019, especificamente os referentes à Unidade Orçamentária 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG.

Compete à Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional – SEPLAG a produção do documento, em atendimento aos preceitos da Portaria Conjunta nº 893/PR/2019, que dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário, exercício de 2019.

Constitui-se como parte integrante da prestação anual de contas a ser apresentada pelo TJMG, em conformidade com o correspondente normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE.

Demonstra o processo de elaboração do orçamento de 2019, bem como sua execução e os resultados fiscais alcançados para os três quadrimestres que compreendem o exercício.

A publicação da Resolução nº 854/2017 contemplou, dentre outros, o objetivo de garantir a eficiência, a qualidade e a regularidade dos atos de gestão administrativa do TJMG. Nesse sentido, estabeleceu a organização e o funcionamento dos órgãos de deliberação, assessoramento e apoio à gestão institucional e das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculados ou subordinados à Presidência, determinando como órgãos de assessoramento deliberativo o Comitê Estratégico de Gestão Institucional e o Comitê Executivo de Gestão Institucional.

O primeiro tem como uma de suas atribuições analisar as propostas de políticas e estratégias institucionais, o Plano Estratégico de Gestão Institucional, a programação anual de projetos e atividades a serem desenvolvidas.

O segundo, por sua vez, tem como finalidade planejar e assegurar a implantação de políticas, de diretrizes, do Plano Estratégico de Gestão Institucional e da programação anual de projetos e atividades aprovados pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional, em consonância com a legislação vigente, assim como facilitar o alcance dos resultados, frente às metas estabelecidas para as secretarias e as diretorias executivas que integram a Secretaria do Tribunal.

Por seu turno, a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças, instituída pela Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012, também possui papel importante no fluxo decisório dos atos de gestão. Isto porque lhe compete emitir parecer sobre as propostas para as leis de diretrizes orçamentárias e orçamento anual que, em linhas gerais, são instrumentos associados ao planejamento das ações no âmbito da instituição.

Além disso, cumpre relatar a instituição dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus, por meio das Resoluções do TJMG 834/2016 e 835/2016, em atendimento à Resolução CNJ nº 195/2014. A sua criação, com composição e atribuições específicas, reflete um modelo gerencial orientado para a gestão compartilhada, buscando tornar mais efetiva a participação de magistrados e servidores na formulação da peça orçamentária.

Todos esses órgãos compuseram o corpo decisório e participativo ao longo de 2019, ano de gestão do Excelentíssimo Presidente, Desembargador Nelson Missias de Moraes.

2. ORÇAMENTO

Na UO 1031 – TJMG, no curso do exercício de 2019, foram processadas despesas relativas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, advindas da remuneração de magistrados e servidores ativos, inativos e pensionistas, e aos auxílios pagos a magistrados, servidores, inativos e pensionistas, além de haver constado a usual “janela orçamentária” referente aos precatórios e sentenças judiciais. São financiadas pelas seguintes fontes de recursos:

- 10 – Recursos Ordinários;
- 42 – Contribuição Patronal para FUNFIP;
- 43 – Contribuição do Servidor para FUNFIP;
- 58 – Recursos Para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS.

2.1. Proposta Orçamentária

A proposta orçamentária de 2019 foi elaborada em conformidade aos preceitos estabelecidos no Projeto de Lei nº 5.189, de 18 de maio de 2018, que dispunha sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2019 e originou a Lei Estadual nº 23.086, de 17 de agosto de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO relativa ao ano de 2019. Nesse sentido, foram observados os seguintes parâmetros macroeconômicos, constantes em seu demonstrativo de metas fiscais:

- Crescimento real anual do PIB de 3,0% em 2019, 2,4% em 2020 e de 2,3% em 2021;
- Inflação, medida pelo IPCA Acumulado, de 4,2% para 2019 e 4,0% para 2020 e 2021;
- SELIC de 7,7% em 2019, 8,00% em 2020 e 2021;
- Taxa de câmbio da economia média de R\$ 3,30 por dólar em 2019, R\$ 3,40 em 2020 e de R\$ 3,50 em 2021.

Considerou-se também a previsão de Receita Corrente Líquida – RCL para 2019, estimada em R\$64.299.067.626 (sessenta e quatro bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, sessenta e sete mil e seiscentos e vinte e seis reais), conforme Ofício Circular GAB/SEC/Nº 008/18, de 11/07/2018, encaminhado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, tendo sido observados os limites de comprometimento da RCL preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), quais sejam:

- Limite de alerta: a folha líquida de pessoal corresponde a 5,3190% da RCL;
- Limite prudencial: a folha líquida de pessoal corresponde a 5,6145% da RCL;
- Limite máximo: a folha líquida de pessoal corresponde a 5,9100% da RCL.

Dessa forma, a proposta orçamentária de pessoal foi elaborada com parâmetro no supracitado limite prudencial (5,6145% da RCL), consideradas a “folha fixa” e as premissas estabelecidas pela Alta

Administração. Foi submetida à apreciação do Órgão Especial do TJMG, em sessão extraordinária ocorrida em 17/08/2018, tendo sido aprovada para encaminhamento ao Poder Executivo.

2.1.1. Proposta Orçamentária – Receita

Conforme destacado anteriormente, as fontes de recursos 10, 42, 43 e 58 compõem o orçamento previsto de receitas para o financiamento das despesas estimadas para a UO 1031. As fontes 10 e 58 são repasses originários do Tesouro Estadual, enquanto as fontes 42 e 43, referentes, respectivamente, à contribuição patronal e de servidores para o Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP, são projetadas pela SEPLAG/MG.

Ademais, constam do ativo circulante da UO 1031 disponibilidades bancárias oriundas de superávits financeiros realizados ao longo dos exercícios anteriores. Nesse sentido, para manutenção da liquidez desses recursos, foram previstas receitas provenientes da remuneração destas disponibilidades que totalizam o montante de R\$12.618.425 (doze milhões, seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

Por serem recursos vinculados à fonte 60 (Recursos Diretamente Arrecadados), fica impossibilitada sua utilização para dispêndios relativos a despesas com pessoal e encargos sociais. Assim, este valor foi destinado à cobertura de despesas orçadas na UO 4031.

Para 2019, as estimativas foram de:

- Fonte 10: R\$ 4.153.456.569,00;
- Fonte 58: R\$ 926.858.320,00;
- Fonte 42: R\$ 490.660.261,00;
- Fonte 43: R\$ 326.062.267,00.

2.1.2. Proposta Orçamentária – Despesa

Conforme menção anterior, a proposta orçamentária de pessoal para 2019 utilizou como referência o limite prudencial determinado na LRF, com a despesa líquida de pessoal representando 5,6145% da RCL estadual, de acordo com o demonstrativo abaixo apresentado.

Quadro I – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

Especificação	Valor	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	R\$ 5.593.179.330	
Pessoal Ativo	R\$ 3.770.058.169	
Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 1.823.121.161	
Outras Despesas de Pessoal - Contratos de Terceirização	R\$ -	
Despesas Não Computadas (II)	R\$ 1.983.108.178	
Indenizações Demissão e Incentivos a Demissões Voluntárias	R\$ -	
Decorrentes de Decisões Judiciais	R\$ -	
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 658.893.025	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 1.324.215.153	
Despesas de Caráter Indenizatório	R\$ -	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	R\$ 3.610.071.152	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	R\$ 64.299.067.626	
Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$ 3.610.071.152	5,6145
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	R\$ 3.800.074.897	5,9100
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	R\$ 3.610.071.152	5,6145
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	R\$ 3.420.067.407	5,3190

Fonte: Relatório da proposta orçamentária de 2019.

O valor orçado total para a UO 1031 foi de R\$5.896.737.417 (cinco bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais), sendo R\$5.593.178.330 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e três milhões, cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta reais) referentes ao Grupo de Despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais e R\$303.559.087 (trezentos e três milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e oitenta e sete reais) relativos ao Grupo de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes.

O quadro a seguir demonstra a distribuição desses valores por ação orçamentária e por Grupo de Despesas.

Quadro II – Orçamento 2019 por Ação Orçamentária e por Grupo de Despesas

ORÇAMENTO 2019 - UO 1031				
Ação	Descrição	1 - Pessoal e Encargos Sociais	3 - Outras Despesas Correntes	TOTAL
2453	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 906.058.043	R\$ 92.663.839	R\$ 998.721.882
2456	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.863.999.126	R\$ 190.765.148	R\$ 3.054.764.274
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIARIAS	R\$ -	R\$ 1.000	R\$ 1.000
7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	R\$ 1.823.121.161	R\$ 20.129.100	R\$ 1.843.250.261
TOTAL		R\$ 5.593.178.330	R\$ 303.559.087	R\$ 5.896.737.417

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2019.

Em comparação aos créditos inicialmente aprovados para o exercício financeiro 2018, nota-se crescimento total de 25,52%, conforme se depreende da observação do quadro apresentado na sequência (Quadro III – Comparativo – Despesas Orçadas – 2018 x 2019).

O Relatório Técnico que compõe a Proposta Orçamentária apresentou as principais despesas com pessoal e encargos sociais, previstas para serem executadas ao longo de 2019, conforme destacado abaixo:

- Ação 2453 - Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais:

- Folha ordinária mensal, com crescimento vegetativo estimado de 1,56% a.a.;
- Recomposição monetária do subsídio;
- Gratificação Natalina e dois terços de férias;
- Nomeação de magistrados;
- Indenização de férias vencidas e férias-prêmio;
- Pagamento de passivos, parcelas de URV e de equivalência salarial.

- Ação 2456 - Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais:

- Folha ordinária mensal, com crescimento vegetativo estimado de 2,86% a.a. sobre a rubrica de vencimentos e de 7,18% a.a. sobre as despesas com adicionais (quinquênio, trintenário, adicional de desempenho);
- Data-base 2018, a ser definida;
- Gratificação Natalina e terço de Férias;
- Recursos para promoção vertical de 2018, valor estimado de R\$20 milhões;
- Indenização de férias vencidas;
- Pagamento de passivos e parcelas de URV.

- Ação 7006 - Proventos de Inativos Civis e Pensionistas:

- Folha ordinária mensal, com crescimento vegetativo estimado de 10,17% a.a. sobre os proventos de Inativos e de 5,57% a.a. sobre as despesas com pensões;
- Recomposição monetária do subsídio para magistrados inativos e pensionistas de magistrados, bem como data-base 2018, a ser definida, para servidores inativos e pensionistas de servidores;
- Gratificação Natalina;
- Pagamento de passivos, parcelas de URV e de equivalência salarial.

Ademais, dando prosseguimento à estratégia adotada no segundo semestre de 2018, houve a previsão de que o pagamento dos auxílios fosse viabilizado preferencialmente por meio da UO 1031, com utilização de recursos ordinários da fonte 10, em decorrência primordialmente da possibilidade da não ocorrência de repasses por parte do Poder Executivo de valores relativos à remuneração mensal prevista no artigo 2º da Lei nº 21.720/2015, o que poderia se tornar um problema para a realização das despesas da forma habitual, ou seja, dentro da UO 4031. Isso explica os valores alocados no Grupo de Despesa 3 e é um dos motivos para a considerável variação percentual entre os valores dos créditos iniciais das peças orçamentárias de 2018 e 2019.

Quadro III – Comparativo – Despesas Orçadas – 2018 x 2019

COMPARATIVO DESPESAS ORÇADAS - 2018 X 2019				
Ação	Descrição	2018	2019	Variação
2453	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 665.909.529	R\$ 998.721.882	49,98%
2456	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.695.695.734	R\$ 3.054.764.274	13,32%
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIARIAS	R\$ 1.000	R\$ 1.000	0,00%
7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	R\$ 1.336.257.489	R\$ 1.843.250.261	37,94%
TOTAL		R\$ 4.697.863.752	R\$ 5.896.737.417	25,52%

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2018 e 2019.

2.1.3. Créditos Suplementares

Para o exercício de 2019 não houve necessidade de readequação ou remanejamento do orçamento aprovado. Nesse sentido, não foi encaminhada solicitação para abertura de créditos suplementares em favor da UO 1031.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta seção estão demonstrados os resultados apurados referentes à arrecadação de receitas e repasses de recursos financeiros (item 3.1), bem como à execução das despesas, com apresentação de dados relativos aos gastos e análise pormenorizada do realizado em cada ação orçamentária (item 3.2).

Em breve análise do panorama econômico, percebe-se natural variação nas parametrizações macroeconômicas utilizadas para elaboração do projeto de lei orçamentária.

A título de exemplificação, o IPCA acumulado para o ano de 2019 atingiu o percentual de 4,31%, acima do centro da meta de inflação governamental (4,25%), bem como superior ao referencial estabelecido na LDO (4,2%). A taxa SELIC, por seu turno, apresentou queda significativa no período, fechando o exercício em 4,50%, representando o menor patamar histórico.

No que concerne ao cenário fiscal, por mais um ano permaneceu a gravidade na situação das contas públicas do Estado de Minas Gerais, resultando, por exemplo, na continuidade, ao longo do exercício, de parcelamento do pagamento dos vencimentos dos servidores do Poder Executivo.

Tal situação demandou grandes esforços por parte da Alta Administração do TJMG no sentido de não permitir que a crise estadual causasse reflexos e prejudicasse de alguma forma as atividades cotidianas de prestação jurisdicional à população mineira.

3.1. Execução das Receitas

No ano de 2019, a arrecadação da fonte 60, oriunda da remuneração de depósitos bancários e de outras restituições e receitas, foi estimada em R\$12.618.425,00, de acordo com especificação anterior (subitem 2.1.1), tendo sido contabilizado o valor de R\$49.433.841,20, variação percentual de 291,76%, conforme demonstra o quadro seguinte.

Quadro IV - Receita Prevista x Contabilizada - 2019

Fonte	Código	Especificação	Valor Previsto Inicial	Valor Previsto Atualizado	Valor Arrecadado	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
60	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	12.606.425	12.606.425	49.177.718	290,10%
	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	254.993	4149,89%
	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	1.130	-81,17%
Valor Total - UO 1031			12.618.425	12.618.425	49.433.841	291,76%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

3.2. Execução das Despesas

As despesas realizadas na UO 1031, em 2019, totalizaram R\$5.543.898.593,30, o que representa um percentual de execução de 94,02% em relação ao Crédito Inicial e ao Crédito Autorizado, uma vez que, conforme destacado previamente no subitem 2.1.3, não houve suplementação de valores ao orçamento de 2019.

Quadro V - Crédito Inicial x Autorizado x Despesa Realizada 2019

Ação	Grupo	Fonte	Proced.	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Execução
2453	1	10	1	906.058.043,00	906.058.043,00	866.058.043,00	95,59%
2453	3	10	1	75.889.027,00	75.889.027,00	41.036.223,21	54,07%
2453	3	10	7	16.774.812,00	16.774.812,00	7.599.530,38	45,30%
2456	1	10	1	2.863.999.126,00	2.863.999.126,00	2.703.627.440,27	94,40%
2456	3	10	1	55.419.900,00	55.419.900,00	55.419.900,00	100,00%
2456	3	10	7	135.345.248,00	135.345.248,00	135.345.248,00	100,00%
7004	3	10	9	1.000,00	1.000,00	0	0,00%
7006	1	10	1	79.540.313,00	79.540.313,00	79.522.681,18	99,98%
7006	1	42	5	490.660.261,00	490.660.261,00	483.243.228,76	98,49%
7006	1	43	5	326.062.267,00	326.062.267,00	326.062.267,00	100,00%
7006	1	58	5	926.858.320,00	926.858.320,00	825.854.931,50	89,10%
7006	3	10	1	20.129.100,00	20.129.100,00	20.129.100,00	100,00%
TOTAL				5.896.737.417,00	5.896.737.417,00	5.543.898.593,30	94,02%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Comparativamente à execução orçamentária do exercício de 2018, houve crescimento em 2019 de 13,77%, de acordo com o detalhamento apresentado no quadro abaixo, com representativa variação percentual nas ações 2453 e 7006. Não houve realização de despesas na ação 7004, como usualmente acontece.

Quadro VI – Despesas Realizadas 2018 x 2019

COMPARATIVO DESPESAS REALIZADAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018 X 2019 - UO 1031				
Ação	Descrição	2018	2019	Varição
2453	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 698.989.529,00	R\$ 914.693.796,59	30,86%
2456	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.770.715.060,15	R\$ 2.894.392.588,27	4,46%
7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	R\$ 1.403.386.449,95	R\$ 1.734.812.208,44	23,62%
TOTAL		R\$ 4.873.091.039,10	R\$ 5.543.898.593,30	13,77%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Nos próximos tópicos, demonstra-se a execução por ação orçamentária.

Previamente, importante que se destaque o que aponta o Manual de Monitoramento do PPAG – 2019, disponível no sítio eletrônico da SEPLAG/MG, relativamente ao desempenho físico x orçamentário das ações orçamentárias para o período apurado. Dessa forma, a ação orçamentária possui desempenho “satisfatório” quando sua execução física e financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação à despesa programada. Execuções abaixo desse índice recebem o status denominado “crítico”; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o status “subestimado”.

Ainda segundo o referido manual, com relação à execução física, as ações orçamentárias estão divididas em cumulativas e não cumulativas, estando definido que:

- Se a execução física for cumulativa, os valores lançados mensalmente se somam na totalização anual da ação;
- Se a execução física for não cumulativa, os valores lançados mensalmente não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

3.2.1. Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

A ação orçamentária 2453 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais tem por finalidade viabilizar a remuneração de magistrados da ativa e pagamento dos respectivos encargos sociais, visando garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, estando parametrizada da seguinte forma no PPAG 2016-2019:

Função: 02 - Judiciária
 Subfunção: 122 - Administração Geral
 Programa: 701 - Apoio à Administração Pública
 Produto: Pessoa Remunerada
 Unidade de Medida: Unidade
 Meta Física: 1.068

O quadro a seguir mostra a execução orçamentária por item de despesa e a representação de cada rubrica no valor da despesa total.

Quadro VII – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2453 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Especificação da Despesa				Despesa Realizada 2019 (R\$)	% em relação ao total
Grupo	Elemento	Item			
1	7	1	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	651.955,34	0,07%
1	11	1	VENCIMENTOS	414.875.985,78	45,36%
1	11	13	GRATIFICACAO DE EXERCICIO DO PODER JUDICIARIO	42.554,64	0,00%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	23.198.771,49	2,54%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	34.499.588,65	3,77%
1	11	34	HONORARIOS	1.129.123,32	0,12%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	12.933.585,16	1,41%
1	11	99	OUTROS	25.432.345,85	2,78%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	96.319.139,29	10,53%
1	16	5	FERIAS-PREMIO	63.160.260,39	6,91%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	193.798.014,13	21,19%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	16.718,96	0,00%
3	8	1	AUXILIO-DOENCA	67.378,22	0,01%
3	46	1	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	7.532.152,16	0,82%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	41.030.240,32	4,49%
3	93	24	AUXILIO MORADIA DE CARATER INDENIZATORIO	5.982,89	0,00%
TOTAL				914.693.796,59	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

Abaixo estão registrados os eventos considerados extraordinários que impactaram a realização de despesas na ação orçamentária 2453:

- Pagamento, no mês de agosto, de indenização de férias regulamentares, valor de R\$24.949.882,39, registrado na classificação "Outros";
- Pagamentos indenizatórios de férias-prêmio, com fulcro no art. 124 da Lei Complementar nº. 59/2001, valor de R\$63.160.260,39. Desse total, R\$57.198.770,14 referem-se a processamentos ocorridos nos meses de fevereiro e maio;
- Pagamento excepcional de parcelas de URV e Equivalência Salarial, no mês de outubro, no valor de R\$23.021.064,77;
- Empenhamento e registro em Restos a Pagar do montante de R\$160.470.018,62;
- Retenção pelo Poder Executivo do valor de R\$43.870.000,00 na fonte de recursos 10, sendo R\$34.700.000,00 na procedência 1 e R\$9.170.000,00 na procedência 7, resultado de negociação conduzida pela Alta Administração com o objetivo de oferecer a "parcela de contribuição" do TJMG para o melhoramento do cenário fiscal Estadual.

Quadro VIII – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2453 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais – 2018 x 2019

Especificação da Despesa			Despesa Realizada (R\$)		% Variação	
Grupo	Elemento	Item	2018	2019		
1	7	1	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	376.523,52	651.955,34	73,15%
1	11	1	VENCIMENTOS	353.455.750,53	414.875.985,78	17,38%
1	11	13	GRATIFICACAO DE EXERCICIO DO PODER JUDICIARIO	35.346,48	42.554,64	20,39%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	21.158.888,17	23.198.771,49	9,64%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	29.425.831,72	34.499.588,65	17,24%
1	11	34	HONORARIOS	733.414,14	1.129.123,32	53,95%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	10.076.640,84	12.933.585,16	28,35%
1	11	99	OUTROS	23.737.788,88	25.432.345,85	7,14%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	82.907.797,30	96.319.139,29	16,18%
1	16	5	FERIAS-PREMIO	55.747.511,00	63.160.260,39	13,30%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	88.254.036,42	193.798.014,13	119,59%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	16.718,96	-
3	8	1	AUXILIO-DOENCA	0,00	67.378,22	-
3	46	1	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	3.600.000,00	7.532.152,16	109,23%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	24.961.452,99	41.030.240,32	64,37%
3	93	24	AUXILIO MORADIA DE CARATER INDENIZATORIO	4.518.547,01	5.982,89	-99,87%
TOTAL			698.989.529,00	914.693.796,59	30,86%	

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

O Quadro VIII demonstra a execução orçamentária de 2019, comparada ao ano de 2018, por item de despesa. Nota-se crescimento superior a 30% dos gastos com pessoal no último exercício, com maiores índices de incremento das despesas observados para as rubricas “Vencimentos”, “Obrigação Patronal”, “Despesas de Exercícios Anteriores”, “Auxílio Alimentação” e “Indenização Decorrente de Auxílio Saúde”.

Alguns fatores contribuíram para essa variação como o aumento no valor do subsídio, ocorrido no final de 2018, a nomeação, no segundo semestre de 2019, de 70 magistrados, além do anteriormente destacado fato de que parte do pagamento dos auxílios dos magistrados da ativa foi realizada nessa ação orçamentária.

Em contrapartida, foi quase zerada a despesa com o auxílio moradia de caráter indenizatório, em função da alteração dos critérios para sua requisição.

Os quadros seguintes apresentam os resultados referentes ao monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan, sendo o primeiro relativo à execução física e orçamentária em comparação ao que foi programado e reprogramado e o segundo relativo à execução física e orçamentária por região do Estado confrontada com a programação inicial.

O desempenho físico da ação orçamentária (meta não cumulativa) coincidiu com a totalidade reprogramada para o ano, 1.115 pessoas remuneradas, ficando pouco acima do originalmente programado (4,4%). A realização orçamentária, por sua vez, foi de 91,59% do programado. Dessa forma, segundo os critérios do manual do PPAG anteriormente explicitados, o desempenho foi satisfatório.

Quadro IX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2453 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realização	Programação	Reprogramação	Realização
Janeiro	1.068	1.062	1.062	47.243.631,43	47.243.631,43	47.243.631,43
Fevereiro	1.068	1.060	1.060	76.485.302,07	76.485.302,07	76.485.302,07
Março	1.068	1.060	1.060	62.113.082,30	47.563.268,47	47.563.268,47
Abril	1.068	1.058	1.058	51.373.166,98	48.156.138,50	48.156.138,50
Mai	1.068	1.058	1.058	51.373.166,98	72.790.245,01	72.790.245,01
Junho	1.068	1.052	1.052	62.773.395,91	58.108.063,12	58.108.063,12
Julho	1.068	1.049	1.049	68.475.510,38	62.932.357,05	62.932.357,05
Agosto	1.068	1.047	1.047	51.373.166,98	72.390.933,50	72.390.933,50
Setembro	1.068	1.115	1.115	51.373.166,98	52.654.797,39	52.654.797,39
Outubro	1.068	1.115	1.115	51.373.166,98	71.695.543,95	71.695.543,95
Novembro	1.068	1.113	1.113	86.373.166,98	52.931.018,61	52.931.018,61
Dezembro	1.068	1.115	1.111	338.391.958,03	335.770.582,90	251.742.497,49
TOTAL	1.068	1.115	1.111	998.721.882,00	998.721.882,00	914.693.796,59

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro X – Execução Territorializada – Ação Orçamentária 2453 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Territórios	Físico			Orçamentário		
	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%
Alto Jequitinhonha	8	6	75,00%	6.102.191,00	3.876.426,01	63,53%
Caparaó	23	23	100,00%	19.594.924,00	14.726.145,73	75,15%
Central	9	7	77,78%	6.281.962,00	4.834.812,72	76,96%
Mata	74	70	94,59%	69.980.442,00	52.828.143,71	75,49%
Médio e Baixo Jequitinhonha	11	8	72,73%	6.861.220,00	5.304.978,36	77,32%
Metropolitano	478	551	115,27%	471.077.139,00	353.928.266,85	75,13%
Mucuri	16	15	93,75%	14.211.812,00	10.021.222,60	70,51%
Multiterritorial	0	0	-	-	162.169.113,61	-
Noroeste	25	24	96,00%	20.903.251,00	17.302.761,15	82,78%
Norte	48	45	93,75%	37.831.587,00	28.719.175,41	75,91%
Oeste	59	55	93,22%	53.271.823,00	39.412.943,80	73,98%
Sudoeste	27	26	96,30%	25.127.841,00	18.272.732,27	72,72%
Sul	99	96	96,97%	89.465.500,00	67.829.027,79	75,82%
Triângulo Norte	62	61	98,39%	58.924.590,00	44.149.062,37	74,92%
Triângulo Sul	36	37	102,78%	33.527.094,00	26.152.443,66	78,00%
Vale do Aço	32	33	103,13%	30.700.711,00	22.318.673,30	72,70%
Vale do Rio Doce	30	27	90,00%	24.458.701,00	18.684.864,47	76,39%
Vertentes	31	31	100,00%	30.401.094,00	24.163.002,78	79,48%
TOTAL	1.068	1.115	104,40%	998.721.882,00	914.693.796,59	91,59%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

3.2.2. Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

A finalidade da ação orçamentária 2456 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais é viabilizar a remuneração de servidores da ativa e pagamento dos respectivos encargos sociais, visando garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza e a execução de atividades administrativas necessárias ao funcionamento da instituição, estando vinculada aos seguintes dados:

Função: 02 - Judiciária
 Subfunção: 122 - Administração Geral
 Programa: 701 - Apoio à Administração Pública
 Produto: Pessoa Remunerada
 Unidade de Medida: Unidade
 Meta Física: 12.913

O primeiro quadro deste subitem demonstra a execução orçamentária por item de despesa e a representatividade de cada rubrica na execução total. Cabe aqui também a observação de que o pagamento dos auxílios de servidores da ativa foi realizado, durante o ano de 2019, preferencialmente por meio da ação orçamentária 2456.

Quadro XI – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2456 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Especificação da Despesa			Despesa Realizada 2019 (R\$)	% em relação ao total	
Grupo	Elemento	Item			
1	11	1	VENCIMENTOS	1.278.836.154,39	44,18%
1	11	3	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	354.782.982,28	12,26%
1	11	17	GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	23.909.514,75	0,83%
1	11	19	VANTAGEM PESSOAL	44.932,81	0,00%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	51.888.419,68	1,79%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	154.104.183,56	5,32%
1	11	23	GRATIFICACAO DE RISCO DE VIDA, SAUDE E CONTAGIO	19.557.047,22	0,68%
1	11	34	HONORARIOS	305.023,89	0,01%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	30.239.024,79	1,04%
1	11	48	ADICIONAL DE DESEMPENHO - PESSOAL CIVIL	102.337.944,96	3,54%
1	11	58	ABONO SALARIAL DO PODER JUDICIARIO	26.341.346,44	0,91%
1	11	59	FUNCOES DE CONFIANCA	1.647.575,83	0,06%
1	11	99	OUTROS	15.132.838,88	0,52%
1	12	5	ABONO DE FERIAS	76.079,02	0,00%
1	12	7	GRATIFICACAO DE NATAL	148.715,14	0,01%
1	12	99	OUTRAS	1.751.870,68	0,06%
1	13	4	INSS - FOLHA	33.405.328,53	1,15%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	382.430.617,55	13,21%
1	16	1	SERVICO EXTRAORDINARIO	12.082.291,87	0,42%
1	16	2	SUBSTITUICAO EM CARGOS EM COMISSAO	28.815.415,70	1,00%
1	16	5	FERIAS-PREMIO	14.745.829,34	0,51%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	158.476.545,27	5,48%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	12.123.086,80	0,42%
1	93	7	RESSARCIMENTO REFERENTE A PESSOAL REQUISITADO DA ADMINISTRACAO ESTADUAL	444.670,89	0,02%
3	8	3	AUXILIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	25.769.661,36	0,89%
3	46	1	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	135.345.248,00	4,68%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	29.650.238,64	1,02%
TOTAL			2.894.392.588,27	100,00%	

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

Abaixo estão elencados os principais acontecimentos, além dos rotineiros, que produziram impactos financeiros na ação 2456:

- Pagamento de indenização de férias regulamentares para servidores, nos meses de agosto, valor de R\$8.019.881,81, e dezembro, montante de R\$6.469.013,50, rubrica "11.99 – Outros";
- Posicionamento de servidores aprovados na Promoção Vertical 2017;
- Empenhamento e registro em Restos a Pagar de R\$151.747.664,18;
- Retenção por parte do Poder Executivo do valor de R\$ 100.518.675,00, fruto de negociação empreendida pela Alta Administração do TJMG no sentido de contribuir para a mitigação da notória crise fiscal que atravessa o Estado de Minas Gerais.

O quadro seguinte apresenta o comparativo entre a execução orçamentária dos exercícios de 2018 e 2019.

Quadro XII – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2456 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais – 2018 x 2019

Especificação da Despesa				Despesa Realizada (R\$)		% Variação
Grupo	Elemento	Item		2018	2019	
1	11	1	VENCIMENTOS	1.234.611.746,02	1.278.836.154,39	3,58%
1	11	3	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	345.902.468,35	354.782.982,28	2,57%
1	11	17	GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	19.349.344,65	23.909.514,75	23,57%
1	11	19	VANTAGEM PESSOAL	43.526,13	44.932,81	3,23%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	50.223.889,42	51.888.419,68	3,31%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	153.153.065,32	154.104.183,56	0,62%
1	11	23	GRATIFICACAO DE RISCO DE VIDA, SAUDE E CONTAGIO	19.561.860,64	19.557.047,22	-0,02%
1	11	34	HONORARIOS	359.744,62	305.023,89	-15,21%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	26.623.838,68	30.239.024,79	13,58%
1	11	48	ADICIONAL DE DESEMPENHO - PESSOAL CIVIL	87.442.580,60	102.337.944,96	17,03%
1	11	58	ABONO SALARIAL DO PODER JUDICIARIO	26.025.823,46	26.341.346,44	1,21%
1	11	59	FUNCOES DE CONFIANCA	1.854.531,45	1.647.575,83	-11,16%
1	11	99	OUTROS	11.284.393,10	15.132.838,88	34,10%
1	12	5	ABONO DE FERIAS	58.118,42	76.079,02	30,90%
1	12	7	GRATIFICACAO DE NATAL	145.503,93	148.715,14	2,21%
1	12	99	OUTRAS	1.759.356,86	1.751.870,68	-0,43%
1	13	4	INSS - FOLHA	29.383.982,83	33.405.328,53	13,69%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	380.189.954,04	382.430.617,55	0,59%
1	16	1	SERVICO EXTRAORDINARIO	19.400.281,84	12.082.291,87	-37,72%
1	16	2	SUBSTITUICAO EM CARGOS EM COMISSAO	16.568.785,95	28.815.415,70	73,91%
1	16	5	FERIAS-PREMIO	13.439.591,71	14.745.829,34	9,72%
1	92	1	DESpesas de Exercícios Anteriores - PESSOAL	256.870.882,54	158.476.545,27	-38,30%
1	92	3	DESPEsa DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	12.123.086,80	-
1	93	7	RESSARCIMENTO REFERENTE A PESSOAL REQUISITADO DA ADMINISTRACAO ESTADUAL	141.789,59	444.670,89	213,61%
3	8	3	AUXILIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	2.326.970,84	25.769.661,36	1007,43%
3	46	1	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	12.551.558,78	135.345.248,00	978,31%
3	49	3	DESPEsa DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	45.208.441,22	0,00	-100,00%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	16.233.029,16	29.650.238,64	82,65%
TOTAL				2.770.715.060,15	2.894.392.588,27	4,46%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

O crescimento das despesas realizadas por meio da ação orçamentária 2456 no exercício de 2019 foi de 4,46% em comparação ao ano anterior.

Observa-se que não houve uniformidade de comportamento dos itens de despesa, com oscilações positivas de crescimento sendo “compensadas” por reduções percentuais significativas.

Na sequência, estão demonstrados os resultados de execução física e orçamentária referentes ao monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan, o Quadro XIII com os valores mensais e o Quadro XIV com a informação regionalizada.

A execução física da meta (não cumulativa), 14.559 pessoas remuneradas, coincidente com a totalidade reprogramada para o ano, foi superior ao programado, quantitativo de 12.913 pessoas. A realização orçamentária, por sua vez, alcançou o percentual de 94,75% do programado. Assim, considera-se o desempenho da ação orçamentária como satisfatório.

Quadro XIII – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2456 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realização	Programação	Reprogramação	Realização
Janeiro	12.913	14.559	14.559	208.417.407,86	208.417.407,86	208.417.407,86
Fevereiro	12.913	14.485	14.485	210.221.189,44	210.221.189,44	210.221.189,44
Março	12.913	14.449	14.449	213.765.699,93	211.297.767,39	211.297.767,39
Abril	12.913	14.430	14.430	218.737.651,54	209.877.818,93	209.877.818,93
Mai	12.913	14.424	14.424	220.945.512,13	213.585.772,45	213.585.772,45
Junho	12.913	14.412	14.412	222.995.974,46	219.149.354,81	219.149.354,81
Julho	12.913	14.409	14.409	298.696.187,75	283.320.648,39	283.320.648,39
Agosto	12.913	14.376	14.376	221.452.556,51	219.505.613,75	219.505.613,75
Setembro	12.913	14.358	14.358	221.618.261,34	207.546.966,19	207.546.966,19
Outubro	12.913	14.437	14.437	220.406.027,08	209.413.892,16	209.413.892,16
Novembro	12.913	14.399	14.399	222.417.276,48	214.519.385,29	214.519.385,29
Dezembro	12.913	14.559	14.137	575.090.529,48	647.908.457,34	487.536.771,61
TOTAL	12.913	14.559	14.559	3.054.764.274,00	3.054.764.274,00	2.894.392.588,27

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XIV – Execução Territorializada – Ação Orçamentária 2456 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Territórios	Físico			Orçamentário		
	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%
Alto Jequitinhonha	107	117	109,35%	25.293.446,00	22.453.225,13	88,77%
Caparaó	259	287	110,81%	68.823.838,00	57.997.432,59	84,27%
Central	130	148	113,85%	31.341.881,00	29.426.745,43	93,89%
Mata	858	956	111,42%	218.537.835,00	201.164.912,02	92,05%
Médio e Baixo Jequitinhonha	129	147	113,95%	28.928.618,00	27.173.838,99	93,93%
Metropolitano	6.272	7.141	113,86%	1.451.043.576,00	1.292.650.688,63	89,08%
Mucuri	175	196	112,00%	44.019.153,00	40.022.781,80	90,92%
Multiterritorial	0	0	-	-	152.004.449,99	-
Noroeste	281	309	109,96%	67.357.552,00	59.592.778,38	88,47%
Norte	503	569	113,12%	126.131.217,00	115.545.013,24	91,61%
Oeste	655	735	112,21%	153.990.668,00	139.579.625,54	90,64%
Sudoeste	374	421	112,57%	91.031.973,00	82.192.613,88	90,29%
Sul	1.148	1.277	111,24%	273.401.408,00	245.339.525,62	89,74%
Triângulo Norte	629	700	111,29%	137.739.321,00	124.665.034,99	90,51%
Triângulo Sul	405	456	112,59%	98.516.150,00	90.138.936,01	91,50%
Vale do Aço	295	330	111,86%	66.563.314,00	58.982.999,97	88,61%
Vale do Rio Doce	359	402	111,98%	94.147.835,00	84.227.386,79	89,46%
Vertentes	334	368	110,18%	77.896.489,00	71.234.599,27	91,45%
TOTAL	12.913	14.559	112,75%	3.054.764.274,00	2.894.392.588,27	94,75%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

3.2.3. Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Tendo como finalidade atender ao pagamento de despesas com proventos de inativos civis e pensionistas, tendo em conta a proteção da saúde e a manutenção da qualidade de vida dos beneficiários nos termos da legislação em vigor, a ação orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas é classificada da seguinte forma:

Função:	09 - Previdência Social
Subfunção:	272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa:	702 - Obrigações Especiais
Produto:	Provento Pago
Unidade de Medida:	Provento
Meta Física:	6.163

O quadro a seguir traz a execução orçamentária por item de despesa com o percentual de representatividade de cada item em relação ao valor total. Mais uma vez destaca-se o pagamento do auxílio-saúde aos inativos por meio da ação orçamentária 7006, situação similar às das ações 2453 e 2456.

Quadro XV – Execução Por Item de Despesa – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas

Especificação da Despesa				Despesa Realizada 2019 (R\$)	% em relação ao total
Grupo	Elemento	Item			
1	1	1	PROVENTOS DE APOSENTADOS	991.549.485,57	57,16%
1	3	7	PENSOES CIVIS DO RPPS	180.530.768,46	10,41%
1	13	6	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL INATIVO	2.974.392,53	0,17%
1	13	8	OBRIGACAO PATRONAL - PENSIONISTAS	1.184.063,27	0,07%
1	59	3	PENSAO ESPECIFICA DOS INSTITUTOS DE PREVIDENCIA	33.596.613,63	1,94%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	504.847.784,98	29,10%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	20.129.100,00	1,16%
TOTAL				1.734.812.208,44	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

Relacionados estão abaixo os principais eventos, além dos considerados rotineiros, que impactaram a execução da ação orçamentária 7006:

- Pagamento extraordinário de parcelas de URV e Equivalência Salarial para magistrados e servidores inativos e pensionistas, no mês de outubro, valor de R\$55.465.736,35, computado neste total o pagamento regular mensal;
- Empenhamento e registro em Restos a Pagar de R\$23.669.710,28, utilizando recursos da fonte 10;
- Empenhamento e registro em Restos a Pagar de R\$271.910.161,01, utilizando recursos da fonte 58.

O quadro abaixo, por seu turno, compara as despesas realizadas em 2018 e 2019 por item de despesa. O crescimento total dos gastos em 2019 foi de 23,62% em relação ao exercício predecessor, impulsionado por importantes variações observadas nas rubricas “Proventos de Aposentados”, “Despesas com Exercícios Anteriores” e “Indenização Decorrente de Auxílio Saúde”.

Quadro XVI – Execução Por Item de Despesa – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas – 2018 x 2019

Especificação da Despesa				Despesa Realizada (R\$)		% Variação
Grupo	Elemento	Item		2018	2019	
1	1	1	PROVENTOS DE APOSENTADOS	879.255.678,14	991.549.485,57	12,77%
1	3	7	PENSOES CIVIS DO RPPS	165.109.843,92	180.530.768,46	9,34%
1	13	6	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL INATIVO	2.871.287,96	2.974.392,53	3,59%
1	13	8	OBRIGACAO PATRONAL - PENSIONISTAS	3.862.613,36	1.184.063,27	-69,35%
1	59	3	PENSAO ESPECIFICA DOS INSTITUTOS DE PREVIDENCIA	30.209.146,96	33.596.613,63	11,21%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	314.477.879,61	504.847.784,98	60,54%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	7.600.000,00	20.129.100,00	164,86%
TOTAL				1.403.386.449,95	1.734.812.208,44	23,62%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAF/IMG

Os quadros seguintes informam os números referentes à execução física e orçamentária da ação, conforme constam no monitoramento do PPAG, sendo o primeiro relativo ao acompanhamento mensal e o segundo referente à realização por região estadual.

O cumprimento físico da ação orçamentária (meta não cumulativa), 6.300 proventos pagos, ficando pouco acima do originalmente programado (2,22%). A execução orçamentária, por sua vez, foi de 94,12% do projetado. Destarte, segundo os critérios do manual do PPAG, o desempenho foi satisfatório, a exemplo das ações 2453 e 2456.

Quadro XVII – Execução Mensal – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realização	Programação	Reprogramação	Realização
Janeiro	6.163	6.159	6.159	90.947.776,23	90.947.776,23	90.947.776,23
Fevereiro	6.163	6.222	6.222	92.281.572,62	92.281.572,62	92.281.572,62
Março	6.163	6.197	6.197	110.549.500,00	92.939.278,74	92.939.278,74
Abril	6.163	6.203	6.203	111.419.500,00	94.092.425,89	94.092.425,89
Maiο	6.163	6.223	6.223	112.661.000,00	137.026.408,00	137.026.408,00
Junho	6.163	6.237	6.237	113.682.000,00	111.880.948,74	111.880.948,74
Julho	6.163	6.260	6.260	114.735.455,00	151.440.849,20	151.440.849,20
Agosto	6.163	6.285	6.285	154.334.352,00	117.212.999,50	117.212.999,50
Setembro	6.163	6.300	6.300	115.933.141,00	114.539.775,13	114.539.775,13
Outubro	6.163	6.267	6.267	116.940.093,00	161.690.337,54	161.690.337,54
Novembro	6.163	6.253	6.253	115.379.947,00	111.951.598,04	111.951.598,04
Dezembro	6.163	6.163	6.189	594.385.924,15	567.246.291,37	458.808.238,81
TOTAL	6.163	0	6.300	1.843.250.261,00	1.843.250.261,00	1.734.812.208,44

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XVIII – Execução Territorializada – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Territórios	Físico			Orçamentário		
	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%
Alto Jequitinhonha	64	66	103,13%	14.395.785,00	10.789.454,35	74,95%
Caparaó	155	155	100,00%	36.219.870,00	28.410.435,31	78,44%
Central	52	50	96,15%	10.985.772,00	8.073.806,32	73,49%
Mata	461	468	101,52%	126.041.453,00	99.051.450,83	78,59%
Médio e Baixo Jequitinhonha	60	57	95,00%	11.925.829,00	8.522.322,38	71,46%
Metropolitano	3.062	3.153	102,97%	1.048.090.530,00	819.585.349,43	78,20%
Mucuri	92	92	100,00%	25.565.881,00	20.081.467,41	78,55%
Multiterritorial	0	0	-	-	292.509.949,07	-
Noroeste	119	115	96,64%	26.598.101,00	20.798.790,78	78,20%
Norte	214	207	96,73%	53.859.774,00	39.707.438,90	73,72%
Oeste	308	311	100,97%	75.001.854,00	60.013.588,73	80,02%
Sudoeste	159	167	105,03%	34.653.106,00	26.780.544,19	77,28%
Sul	588	609	103,57%	157.911.249,00	123.522.443,46	78,22%
Triângulo Norte	234	253	108,12%	66.098.954,00	55.468.076,58	83,92%
Triângulo Sul	142	145	102,11%	39.058.473,00	30.816.533,50	78,90%
Vale do Aço	110	109	99,09%	26.505.938,00	20.553.027,38	77,54%
Vale do Rio Doce	169	170	100,59%	42.450.052,00	32.437.154,64	76,41%
Vertentes	174	173	99,43%	47.887.640,00	37.690.375,18	78,71%
TOTAL	6.163	6.300	102,22%	1.843.250.261,00	1.734.812.208,44	94,12%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

3.2.4. Precatórios e Sentenças Judiciárias

Por sua vez, a ação orçamentária 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias tem por finalidade atender ao pagamento de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor, tendo em vista a execução das decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pelo Poder Judiciário contra a Fazenda Pública. Está vinculada aos seguintes parâmetros:

Função:	28 - Encargos Especiais
Subfunção:	846 - Outros Encargos Especiais
Programa:	702 - Obrigações Especiais
Produto:	Precatório/RPV Pago
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física:	1

No ano de 2019 não houve execução orçamentária para a referida ação, conforme tem ocorrido ao longo dos últimos exercícios financeiros.

Quadro XIX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realização	Programação	Reprogramação	Realização
Janeiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Março	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Abril	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Mai	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Junho	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Julho	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Agosto	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Setembro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Outubro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Novembro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Dezembro	1	1	0	1.000,00	1.000,00	0,00
TOTAL	1	1	0	1.000,00	1.000,00	0,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias

Territórios	Físico			Orçamentário		
	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%	Programado PPAG	Executado Jan/Dez	%
Metropolitano	1	0	0,00%	1.000,00	-	0,00%
TOTAL	1	0	0,00%	1.000,00	-	0,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

4. RESULTADO FISCAL

Instituído pela LRF, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF constitui-se em importante instrumento para conferir transparência aos atos do Poder Público, evidenciando os resultados fiscais obtidos e possibilitando a verificação do cumprimento dos indicadores determinados pela legislação pertinente.

O relatório, cuja emissão deve ser realizada ao final de cada quadrimestre, conterá, dentre outros demonstrativos, a despesa total com pessoal (LRF, art. 55, alínea a), por meio do qual é apurado o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF em seus artigos 19 e 20.

Para a produção desses documentos quadrimestrais, realiza-se o levantamento da despesa líquida com pessoal, deduzindo-se da despesa bruta de pessoal os pagamentos referentes a despesas de exercícios anteriores, de natureza indenizatória e aos gastos com inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados à contribuição previdenciária e ao déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Na sequência estão demonstrados os resultados fiscais quadrimestrais apurados para o exercício de 2019.

4.1. Primeiro Quadrimestre

Publicado no Diário do Judiciário Eletrônico – DJE em 29 de maio de 2019, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF, referente ao primeiro quadrimestre de 2019, apresentou os resultados constantes no quadro seguinte.

Nota-se que a despesa líquida com pessoal entre maio de 2018 e abril de 2019, período de apuração do demonstrativo, totalizou R\$3.058.356.016,72 (três bilhões, cinquenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, dezesseis reais e setenta e dois centavos), correspondendo a 5,23% da RCL computada, R\$58.503.128.160,35 (cinquenta e oito bilhões, quinhentos e três milhões, cento e vinte e oito mil, cento e sessenta reais e trinta e cinco centavos), o que representa não haver sido ultrapassado o limite de alerta estabelecido na LRF.

Quadro XXI – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 1º Quadrimestre de 2019

Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre de 2019		
Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Mai/2018 a Abril/2019		
Especificação	Valor	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	R\$ 4.831.655.504,58	
Despesas Não Computadas (II)	R\$ 1.773.299.487,86	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	R\$ 3.058.356.016,72	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	R\$ 58.503.128.160,35	
Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$ 3.058.356.016,72	5,23
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	R\$ 3.457.534.874,28	5,91
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	R\$ 3.284.658.130,57	5,61
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	R\$ 3.111.781.386,85	5,32

Fonte: Portal da Transparência TJMG.

4.2. Segundo Quadrimestre

O próximo quadro apresenta o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF relativo ao segundo quadrimestre do exercício de 2019, considerado o período de setembro de 2018 a agosto de 2019, conforme publicado no DJE em 25 de setembro de 2019.

Relativamente à apuração referente ao primeiro quadrimestre, houve diminuição do valor percentual de comprometimento da RCL de 5,23% para 5,18%, permanecendo, por conseguinte, respeitados os índices preconizados na LRF.

Importante que seja destacado o crescimento de 4,62% da RCL em relação ao período anterior de apuração, tendo sido computado o montante de R\$61.204.225.746,84 (sessenta e um bilhões, duzentos e quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Quadro XXII – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 2º Quadrimestre de 2019

Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2019		
Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Setembro/2018 a Agosto/2019		
Especificação	Valor	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	R\$ 5.007.670.087,03	
Despesas Não Computadas (II)	R\$ 1.834.807.822,82	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	R\$ 3.172.862.264,21	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	R\$ 61.204.225.746,84	
Despesa Total com Pessoal - DTP *	R\$ 3.172.904.701,72	5,18
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	R\$ 3.617.169.741,64	5,91
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	R\$ 3.436.311.254,56	5,61
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	R\$ 3.255.452.767,48	5,32

Fonte: Portal da Transparência TJMG.

4.3. Terceiro Quadrimestre

O demonstrativo relativo ao terceiro quadrimestre do exercício (quadro seguinte), período de apuração de janeiro a dezembro de 2019, publicado em 31 de janeiro de 2020, apresenta situação de crescimento de 4,68% da RCL em comparação ao valor do relatório do segundo quadrimestre e de 9,51% se confrontada com o montante divulgado no primeiro quadrimestre do ano.

Observe-se que o valor da despesa total com pessoal, que considera a despesa líquida mais os valores inscritos em restos a pagar não processados, reduziu em relação ao apurado no relatório anterior, em função do crescimento das deduções com a realização de representativo montante de despesas na rubrica Despesas de Exercícios Anteriores, o que ocasionou importante redução no percentual de comprometimento da RCL, atingindo o valor de 4,94%.

Quadro XXIII – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 3º Quadrimestre de 2019

Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2019**Demonstrativo da Despesa com Pessoal****Janeiro a Dezembro de 2019**

Especificação	Valor	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	R\$ 5.284.118.591,71	
Despesas Não Computadas (II)	R\$ 2.122.222.886,43	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	R\$ 3.161.895.705,28	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	R\$ 64.068.169.194,30	
Despesa Total com Pessoal - DTP *	R\$ 3.162.145.705,28	4,94
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	R\$ 3.786.428.799,38	5,91
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	R\$ 3.597.107.359,41	5,61
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	R\$ 3.407.785.919,44	5,32

Fonte: Portal da Transparência TJMG.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende, Diretor de Secretaria**, em 22/04/2020, às 23:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota, Assessor Técnico**, em 23/04/2020, às 09:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **3661297** e o código CRC **FDA0B11F**.